



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 152

SEXTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 214ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Campanha promovida pelo Padre Pedro Luiz para obter fundos destinados a construção de Santuário dedicado à Nossa Senhora Conquistadora, em Bagé-RS.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — A propaganda do fumo pela televisão.

DEPUTADO NABOR JÚNIOR — Proposta de Emenda à Constituição nº 41/75, em tramitação no Congresso Nacional que visa a unificação dos vencimentos dos juizes vitalícios.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Dia Nacional de Ação de Graças.

DEPUTADO VALDOMIRO GONÇALVES — Reivindicações em favor de cidades do Estado de Mato Grosso no setor de telecomunicações.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Aceleração dos serviços de dragagem dos rios e canais que vêm provocando enchentes no Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO HILDÉRICO OLIVEIRA — Apelo ao Ministro da Educação e Cultura no sentido da regulamentação de cursos de nível superior.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Providências adotadas no campo da Previdência pelo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Reivindicação junto ao Ministério do Interior, em favor da região amazônica. Dia Nacional de Ação de Graças.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Projeto de Lei de autoria de S. Exª que institui o ano de 1976 como o Ano do Menor Abandonado.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Defesa de obras de infra-estrutura para a cidade de Niterói—RJ.

DEPUTADO OCTACÍLIO ALMEIDA — Situação de abandono em que se encontram as ferrovias do interior paulista.

DEPUTADO CLEVERSON TEIXEIRA — Ofício enviado ao Senhor Presidente da República, por estudantes universitários de Curitiba, sobre a atual situação da Universidade Brasileira.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Criação de faculdade com cursos de especialização em agricultura e veterinária, na cidade de Parintins—AM.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 28, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 27, de 1975-CN, de preferência para apreciação em primeiro lugar da matéria constante do item III da pauta sobre as demais incluídas na Ordem do Dia da sessão de hoje. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976. **Aprovada**, após usar da palavra na sua discussão o Sr. Senador Amaral Peixoto. À sanção.

— Propostas de Emenda à Constituição nºs:

— 28, de 1975, que altera a redação dos arts. 13, § 2º, e 74, **caput**, da Constituição da República Federativa do Brasil; e

— 55, de 1975, que dispõe sobre a coincidência dos mandatos eletivos e da simultaneidade das eleições, modificando e acrescentando dispositivos à Constituição. **Votação adiada** por falta de **quorum** para deliberação.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1975, que altera a redação da letra "I", inciso I do art. 119 da Constituição da República Federativa do Brasil. **Votação adiada** por falta de **quorum** para deliberação.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

ATA DA 214ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orlando Zancaner — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

EOS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingit Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando

Cochlo — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuzu — ARENA; Sérgio Murillo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espirito Santo

Aloísio Santos — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB;

Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinal Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canelas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Waldomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dalanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTONIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Padre Pedro Luiz é um sacerdote fora do comum. É pedra que não cria limo... Poderia ser professor dos mais notáveis, vigário, diretor de jornal ou de rádio, mas não pára... É um peregrino, um semeador de fé, um perdulário esbanjador de cultura e de inteligência.

Conheço-o há largos anos. Sinto-me honrado em figurar entre seus amigos. Alguns dos aspectos de sua vida são idênticos ao do Poverelo de Assis. É extremamente humilde e gosta de construir e reconstruir templos e monumentos de fé. O Monumento de Fátima, de Cruz Alta (que deu origem às grandes romarias anuais) é um exemplo. Agora está empenhado em construir o Santuário de Nossa Senhora Conquistadora, em Bagé, também no Rio Grande do Sul.

Orador notável, jornalista de grandes méritos, filólogo respeitável, o Pe. Pedro Luiz é um dos maiores conhecedores do nosso vocabulário. Poeta de grandes vãos, escreveu um livro inédito: "O Gênio da Pátria", a epopéia da expulsão dos holandeses do Brasil. Na sua bagagem literária figuram também poemas e poesias regionalistas. O seu maior mérito, no entanto, é como sonetista. Não sei se atualmente haja, no Brasil, outro sonetista de mesma envergadura, com tão alta inspiração e com tanta riqueza de rimas como o Padre Luiz. Dezenas e dezenas de sonetos, jóias de alto valor, encontram-se esparsos, publicados em muitos jornais e revistas do País, e traduzidos, até no estrangeiro.

Onde se encontra, o Padre Luiz costuma ir aos bairros, a noite, a rezar o terço com as famílias. Seguidamente organiza e comanda romarias.

Atualmente, o Padre Pedro Luiz se encontra na bela cidade de Bagé, onde está articulando amplo movimento para obter fundos, a fim de construir o Santuário dedicado a Nossa Senhora Conquistadora. É dele este histórico relacionado com esta cruzada de fé:

Histórico da Conquistadora

"O território dos Sete Povos das Missões Guaraníticas, no RS, chegava até Bagé. Desta forma, era Bagé o trecho

final da Estância de São Miguel. Recordemos: a 3 de maio de 1626, o padre Roque González rezou a primeira missa na Redução de São Nicolau — missa pioneira, batizada da Civilização rio-grandense-do-sul. Em canoa primitiva de feitiço rústico, pelo rio Ibicuí adjacente, percorreu o sacerdote 50 léguas de interior pampeano, levando consigo o quadro da Virgem Maria, a que pôs o nome carinhoso de Conquistadora, porque convertia e conquistava os índios. É o primeiro quadro de Nossa Senhora que entrou no RS. Portanto, é a padroeira nata e desartificial do Estado. Já foi também promulgada padroeira da Diocese de Uruguaiana, bem como da Província-Sul dos Padres Palotinos. A pintura original dela encontra-se em Santa Fé, na Argentina, onde opera milagres abundantes e onde é chamada Nossa Senhora dos Milagres. Por nosso turno, nós a constituímos padroeira do Santuário de Bagé, porque ela madrugou por aqui. Primeira de todos os santos, passou muitas vezes por estes campos e esteve na Capela de Santo André dos Guenoas, nos limites de Dom Pedrito, e no sítio de moradia ocasional de Sepé e dos índios guardadores dos marcos pátrios, perto do Forte de Santa Tecla. Aqui matinou como americana. Aqui amanheceu guarani e guasca. Por fim foi crucificada sobre o chão de Caaró, quando, em 1628, foi massacrado Roque González. Em 1975, a pintora Marli Meira coloriu-a no Santuário da Rainha da Conquistadora — Bagé. Em suas linhas harmoniosas, esguia e espiritual, num talhe de elegância celeste, espelnde hoje entre as graças e os milagres que concede ao povo.

Nosso futuro Santuário da Conquistadora, no Morro de Belém, em Bagé, aspira a só melhorar a Fé popular, porque nos santuários se evangeliza com mais futuro, já que e hora é psicológica: em seus dramas e sofreres os peregrinos recebem melhor a Boa-Nova. Mais fácil é também a despoluição da Superstição, que o povo traz de onde pouca instrução recebeu. Queremos construir no Santuário numerosíssimas Primeiras Comunhões de adultos, como até agora, e, igualmente, quantias reaproximações diárias de almas à Confissão e à Fé. É a Conquistadora a devoção própria das grandes recuperações nos bairros. É Ela a Andarilha de repontes enormes. Ataca inflexível o Materialismo do Século, os desregramentos do Sexo e os desmandos que a Técnica gera com a Máquina Massacrante.

A Conquistadora entra, assim, em seu velho pago de glórias. Desde 1972 quando chegamos a Bagé, comunga Ela outra vez as graças destas paisagens. É a velha Madrinha Crioula do Gaúcho, morena como os guabijus, trigueira como as tubunas, cheia de conteúdo e de pátria. Chega anônima e quieta, cobrejando pelas coxilhas com cortejo de 800 veículos. Os rios majestosos chegam em silêncio, ruidosos são os ribeiros retóricos. Devagar iremos para nossas coerências avoengas. A Antigüidade é a aristocracia da História (A. Dumas). A Tradição é a Festa do Povo. Transportando um punhado de terra cada dia, ergueremos uma montanha.

Novena da Conquistadora

Nossa Senhora Conquistadora, vós sois a Imaculada de Deus, sois a Virgem dos Milagres, Maravilha da Criação, surgida prodigiosamente entre os homens. Nós, vossos filhos espirituais, vivemos num mundo de maldade e lodo: dai-nos a graça de superá-lo. Nascestes sem nenhum pecado, sois a Escolhida do Senhor. Fostes igualmente associada à Obra da Redenção, e tendes força imensa em vossos pedidos a Deus. Sede, por isso, nossa Advogada, e pedi por nós esta graça. Sede também Conquistadora, de novo, dos pecadores e dos afastados da Fé. Levai todos os homens para Cristo.

Melhorastes espiritualmente, outrora, os Sete Povos das Missões. Melhorai, agora, as nossas paróquias e a Assembléia do Povo de Deus. Reforçai a nossa Fé. Destruí a superstição, que prejudica a Religião. Formai em nós consciência delicada de prática da Confissão e da Comunhão, crendo todos nós no patrimônio integral das Verdades da Igreja, sem fuga para conveniências pessoais. Dai que aceitemos a Realidade do Cristianismo, sem pretextos que acusam, sem alegações que tornam réus, e que sejamos afirmação da Crença, Mensagem de Deus entre os homens, presença cristã na Comunidade, exemplo de batizados e modelo educacional da família.

(Aqui pode V. rezar à vontade, renove seus propósitos de viver sempre sem pecados graves, de ir à missa aos domingos, de comunhão freqüente, de...)

Oremos:

Virgem Maria Conquistadora, ó Nossa Senhora dos Milagres, vós conquistastes, antes de tudo, o próprio Coração de Deus. Depois, sempre conquistastes as almas e os pecadores. Conquistai de novo o Coração do Senhor, e obtendo-nos a graça que estamos pedindo. Em Caná também alcançastes grande favor em benefício dos convidados. Continuai a interceder por vossos filhos espirituais, já que ao pé da Cruz nos fostes dada como Mãe Mística. Mostrai que sois Mãe de fato em nossas necessidades. Todas as nações vos chamarão bem-aventurada, dissesdes vós mesma. Nós, também mais uma vez vos proclamaremos abençoada, e depois vos agradeceremos durante toda a vida. Amém."

Homem de fé, esperamos que o Padre Pedro Luiz não esmoreça em sua luta, pois a campanha deve contar com o apoio de todos. E Deus, certamente, num rasgo de sua infinita bondade, iluminará os passos desse sacerdote para que, em breve, o Santuário seja uma grande realidade, mais um marco de fé, testemunhando as mais belas tradições do nosso povo (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não se pode admitir como válida e boa a política financeira de recolhimento de um volume elevado de impostos, ainda que, para tanto, se tenha que sacrificar a saúde, a formação eugênica e moral do povo.

Não cremos, Sr. Presidente, que a situação financeira do País esteja tão abalada ou carente ao ponto de não poder prescindir dos impostos pagos pelas indústrias do fumo, que gastam fortunas na propaganda de seus produtos, divulgando-os em forma de apelação aos sentimentos de independência, afirmação social, vigor físico, sexual ou mental, insinuando ainda que se tornam mais atraentes ao outro sexo os homens e mulheres que portem, entre os dedos ou nos lábios esta ou aquela marca de cigarro.

O Governo dos Estados Unidos da América do Norte, sensível às campanhas de suas elites mais responsáveis e esclarecidas, proibiu a propaganda do fumo pela televisão ou outros veículos de grande penetração nos lares e entre a juventude.

Por lei de iniciativa do Congresso, aquele grande País determinou que, nos maços de cigarros, fosse obrigatoriamente inserida inscrição, advertindo que o cigarro é prejudicial à saúde, contendo elementos cancerígenos.

Os resultados das medidas adotadas pelo Governo americano foram os melhores possíveis, provocando uma retração do consumo de fumo, verificando-se queda nas vendas de cigarros, a ponto de grandes empresas do ramo procurarem sair dos Estados Unidos, buscando mercados e praças onde "haja mais liberdade".

Surge então o Brasil como a grande esperança destas superempresas, que logo para aqui aportam, merecendo integral

apoio das autoridades governamentais, que não se aperceberam do fato de estarem abrigando grupos expulsos dos Estados Unidos pela consciência do governo e do povo do país do norte.

Entre nós, as emissoras de rádio e televisão transmitem demorados anúncios de cigarros, bem elaborados pelas melhores agências de publicidade, numa linguagem insinuante, com imagens que convencem, misturando o sucesso esportivo, social, econômico e amoroso com o hábito de fumar, pregando que este vício demonstra liberdade de vida, elegância, masculinidade ou feminilidade — conforme o consumidor.

Causa estranheza esta nossa dependência do dinheiro que vai aos cofres públicos através dos impostos devidos pelas fábricas e revendedores de cigarros. Não se pode admitir facilmente que, para as autoridades brasileiras, mais importante que a saúde do povo e sua formação eugênica, com vistas ao futuro, seja a soma de dinheiro provindo de uma fonte altamente condenável.

Por isso, Sr. Presidente, registramos nossa preocupação e apelamos ao Governo para que reveja esta situação e coloque, sobre todas as coisas, a saúde e o bem-estar do povo, mesmo que isto custe uma queda em nossa arrecadação.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (MDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A falta de oportunidade impediu a inclusão na pauta dos trabalhos do Congresso Nacional, para ser votada, ainda na presente Sessão Legislativa, da Emenda Constitucional que unifica, nacionalmente, os vencimentos dos Juizes Vitalícios, medida que se impõe com a maior urgência para sanarmos clamorosas injustiças que chegam às raias da insensatez.

A Proposta da Emenda, que tomou o número 41, de 1975, vem assinada pelo nobre Deputado Carlos Alberto de Oliveira e quase duzentos outros representantes, entre os quais tive o prazer e a honra de lançar minha assinatura.

Assinei conscientemente a Proposta — não por simples apoio regimental, mas porque estou convicto de que somente uma alteração básica poderá resolver os problemas financeiros da magistratura brasileira, que vive momentos dramáticos em face dos baixíssimos salários, da paga irrisória pelo seu meritório e espinhoso trabalho.

Trata-se, na realidade, de dignificar e reconhecer, na prática, através do pagamento condigno, a importância da atuação dos Juizes Vitalícios, pilares onde se fundamenta todo o nosso arcabouço jurídico, homens que colhem no dia-a-dia da vida, diretamente no contato com o povo, as verdades do comportamento nacional.

A Emenda é lúcida e razoável, ao fixar para os Desembargadores remuneração equivalente a, pelo menos, dois terços daquela recebida pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo aos Juizes da entrância mais elevada 90% dos vencimentos dos Desembargadores; para todas as entrâncias e todos os níveis, enfim, uma diferença sucessiva nunca superior a 10% — excetuado, apenas, o primeiro padrão de Desembargador, fixado nos dois terços acima aludidos.

Tivesse eu ainda quaisquer dúvidas sobre a legitimidade e a importância da medida proposta — e já não as tinha — e essas teriam se dissipado face ao telegrama que recebi, há alguns dias, dos mais ilustres e dignos Magistrados do meu Estado do Acre, que passo a ler para conhecimento da Casa:

"Agradecemos V. Ex.^a haver subscrito proposta Emenda Constitucional nº 41/75 e rogamos pronunciamento Vossa Excelência em plenário, sentido aprovação única medida solucionará problema remuneração magistratura brasileira. Saudações, Desembargadores Jader Barros Eiras,

Fernando de Oliveira Conde, Jorge Araken Faria da Silva, Carlos Alves Cravo e Lourival Marques de Oliveira; Doutores Nielse Gonçalves Mouta, Álvaro de Britto Vianna, Jurandir Rodrigues da Silva e Romeu César Leite."

Quem conhece — como tenho a honra de conhecer — os ilustres signatários da mensagem que acabo de ler, certamente saberá o constrangimento que terá tomado seus espíritos escrupulosos e superiores a qualquer interesse menos altaneiro.

Apenas a obrigação de zelar pelos interesses e pelas prerrogativas da própria Justiça brasileira, através da sobrevivência condigna de seus Magistrados, terá permitido àqueles Desembargadores e Juizes esquecerem momentaneamente o anonimato e a discrição dos justos para, à luz do dia, reclamarem uma medida que representa, nunca um privilégio pessoal ou classista, e sim a própria dignidade do Poder Judiciário.

Qualquer banca de advocacia rende hoje, a seu titular, uma quantia muito superior àquela recebida por Juizes que se submetem a duros e concorridos concursos; apenas o idealismo e a fé na Justiça levam homens a colocar, acima de suas conveniências e seus interesses pessoais, a vontade de distribuir paz social e Direito entre seus concidadãos.

Mas, não podemos cobrar maiores sacrifícios — não temos o direito de continuar exigindo dos Magistrados brasileiros que ofereçam sua cultura e seus discernimento em troca de vencimentos irrisórios, que dificilmente socorrem à manutenção de uma família reduzida.

Já temos, no campo do Poder Legislativo, a salutar e objetiva vinculação de subsídios: o Vereador recebe uma porcentagem do que é creditado ao Deputado Estadual, cuja paga, por seu turno, está vinculada à dos Deputados Federais e Senadores.

Por que não fazermos o mesmo no tocante aos Juizes?

Por que continuarmos sujeitando aqueles homens às desigualdades e à desesperança de sobrevivência digna?

Muitos outros argumentos poderão ser alinhados em socorro à nossa tese; todos são do conhecimento nacional.

O importante, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que tenhamos, com urgência, as medidas que ora se fazem reclamar para transformar a atividade de Juiz Vitalício, além de meritória, financeiramente digna e reconhecida.

Este o registro que se fazia necessário. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De inspiração dos evangélicos, instituiu o Poder Público o "Dia Nacional de Ação de Graças", quando os homens de fé manifestam publicamente o seu reconhecimento ao Senhor de Todas as Coisas, pelas bênçãos recebidas e o próprio Estado agradece, na convicção firme da afirmação eterna que emerge das Sagradas Escrituras: — "Feliz é a Nação, cujo Deus é o Senhor".

O Congresso Nacional, igualmente, não pode ficar impassível diante da efeméride, não por se tratar de um ato oficial, ou pelo dever protocolar das comemorações tradicionais. Ele se integra no coro dos que rendem graças ao Senhor, na certeza de que sua Mão Poderosa há de conduzir os seus passos e dirigir os seus destinos.

Quero, como parlamentar e como cristão, representante de uma parcela desta Casa, desta tribuna, render graças a Deus, e perante a Nação, exortá-la a pôr-se de joelhos diante do Altíssimo, repetindo as palavras do Salmista, no Salmo 96:

96. Cantai ao SENHOR um cântico novo,
cantai ao SENHOR, todas as terras;
2 Cantai ao SENHOR, bendizei o seu nome;
proclamai a sua salvação, dia após dia.

3 Anunciai entre as nações a sua glória;
entre todos os povos as suas maravilhas.

4 Porque grande é o SENHOR e mui digno de ser louvado,

temível mais que todos os deuses.

5 Porque todos os deuses dos povos não passam de ídolos;

o SENHOR, porém, fez os céus.

6 Glória e majestade estão diante dele,
força e formosura no seu santuário.

7 Tributai ao SENHOR, ó família dos povos,
tributai ao SENHOR glória e força.

8 Tributai ao SENHOR a glória devida
ao seu nome;

trazei oferendas, e entrai nos seus átrios.

9 Adorai ao SENHOR na beleza da sua santidade;
tremei diante dele todas as terras.

10 Dizei entre as nações: Reina o SENHOR.

Ele firmou o mundo para que não se abale,
e julga os povos com equidade.

11 Alegrem-se os céus, e a terra exulte;
ruja o mar e a sua plenitude.

12 Folgue o campo e tudo o que nele há;
regozijem-se todas as árvores do bosque,

13 na presença do SENHOR,

porque, vem, vem julgar a terra;

julgará o mundo com justiça,

e os povos, consoante a sua fidelidade.

Graças pois, hoje e sempre, ao Deus Pai, Filho e Espírito Santo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdomiro Gonçalves.

O SR. VALDOMIRO GONÇALVES (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É difícil de se crer e de se aceitar a verdade de que ainda não há uma só cidade do Estado de Mato Grosso ligada ao sistema telefônico nacional de ligação a distância — DDD.

Parece-me, Sr. Presidente, que estamos ainda nos guiando pela mesma política que presidiu o povoamento inicial do Brasil pelos colonizadores portugueses: primeiro, colonizar a faixa costeira, para depois pensar em desbravar o restante do imenso Território Nacional.

Todos os grandes benefícios que a civilização nos trouxe foram sendo estendidos ao Território Nacional mais ou menos nessa mesma linha. Um deles, a telegrafia com fio, exigiu uma figura da estatura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, por sinal mato-grossense, para que parte da integração das grandes massas de solo nacional fosse possível. Para não se fugir à regra, também a telefonia em sistema de DDD está sendo expandida na mesma orientação: primeiro o litoral, depois o restante do País.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) está destinando, para o período de 1975/79, para a rubrica "comunicações", uma verba excepcional de 50 bilhões de cruzeiros. Nessa rubrica estão englobados: telefonia urbana, interurbana e internacional, correios e telégrafos e outros.

No que toca especialmente à telefonia, Srs. Deputados, estabelece o II PND que, nesse período, deverá haver um aumento de 189% no número de telefones em uso. Os atuais 2,8 milhões em funcionamento em todo o Brasil deverão subir para 8,1 milhões no final do quinquênio, havendo possibilidade de se atingir a casa dos 9 milhões em 1980.

No mesmo período está previsto o aumento de 26 mil circuitos interurbanos intra-estaduais para 115 mil, num aumento percentual de 342%. É, entretanto, curioso notar que o II PND não fala especificamente no sistema DDD, embora fale no aumento da rede

nacional de telex de 11,7 mil terminais hoje para 22 mil terminais no fim do quinquênio, num aumento de 88%; embora fale no aumento de 251% no sistema básico de telecomunicações e de 131% no sistema internacional de telecomunicações via satélite.

Fica-se sem saber, portanto, pelo menos duas coisas: quanto vai ser empregado, de 1975 a 1979, na expansão do sistema de DDD para todo o País, e especificamente para cada Região ou Estado; e qual a política de prioridades num setor tão importante como é o das comunicações imediatas por telefone, num País em expansão, numa potência emergente como é o Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, creio ser lícito reivindicar para o Estado de Mato Grosso alguma coisa específica nesse setor. Das três zonas de influência das maiores cidades do Estado (Cuiabá, Campo Grande e Três Lagoas), uma delas — a de Três Lagoas — merece atenção especial. Se não forem outros os fatores determinantes disso, a proximidade com o Estado de São Paulo, com o Estado de Goiás e com o Distrito Federal, é fator preponderante e tem determinado um desenvolvimento maior para essa área.

As principais cidades da área (Brasilândia, Água Clara, Três Lagoas, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência e Cassilândia) podem e devem ser as primeiras de nosso Estado a ser ligadas ao sistema nacional de DDD. Por essa razão, peço a atenção do Ministério das Comunicações para que faça chegar a essas cidades o serviço de telefonia pelo sistema de DDD. É essa uma das áreas mais densamente povoadas do Estado, de maior desenvolvimento, carecendo, portanto, para os cofres públicos, as maiores quantias em impostos de todos os tipos, merecendo, pois, no contexto do Estado de Mato Grosso, atenção especial.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Aproxima-se a época das enchentes (janeiro) que anualmente assolam importantes regiões do Estado do Rio, notadamente os municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense. Nos Municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu a Magé, há necessidade urgente de serem dragados os rios Meriti—Sarapuí (complementação, Iguaçu, Saracuruna, Roncador, Imbariê, Estrela, Guapirimim, Guapiaçu, Inhomirim. Do mesmo modo impõe-se a execução de serviços de dragagem na bacia do rio São João, permanente ameaça às cidades de Casimiro de Abreu, Araruama, Cabo Frio e Silva Jardim.

Enquanto isso, divulgou-se, ontem, que passados exatamente 11 meses de sua assinatura pelo Presidente Geisel, apenas 3% (menos de Cr\$ 30 milhões) dos Cr\$ 400 milhões aprovados para o Programa Especial do Norte Fluminense, até 78, foram aplicados na regularização dos recursos hídricos das bacias dos rios São João, Macaé, Sarapuí—Meriti e Baixada dos Goitacazes. A informação foi prestada pelo diretor regional do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) no Rio, engenheiro Acir Campos.

Pior sorte tem sido, entretanto, a agricultura do Estado. Dos Cr\$ 100 milhões a ela destinados pelo mesmo projeto, nem um só centavo foi, até hoje, liberado. Diz a EMBRATER, órgão do Ministério da Agricultura, que os projetos de assistência técnica (aos quais se destinam 40% desta dotação) "estão em fase final de aprovação".

Sr. Presidente, é preciso atentar para os antecedentes que revelam os incalculáveis prejuízos sofridos pela economia fluminense, aliado à desolação que domina as populações atingidas pelas periódicas enchentes, especialmente às classes de baixa renda (ribeirinhas) que habitam às margens ou às proximidades dos rios que ficam desabrigadas, jogadas à própria sorte.

Ontem, antecipando-se às previsões, ocorreram novas inundações como adiante se verifica:

BAIXADA

O transbordamento do Rio Sete Bots, em Nova Iguaçu, fez com que suas águas invadissem loteamentos e vilas residenciais ribeirinhas. O estudante Denilson Fernandes, de 16 anos (Rua Gustavo, 5), morador próximo ao Centro da cidade, foi arrastado pelas águas. Somente ontem à noite o corpo do menor foi resgatado pelos bombeiros e levado ao necrotério local.

Em Caxias, os bombeiros foram chamados para tirar numerosas famílias ilhadas dentro de suas casas. Em alguns lugares, o nível das águas passou da marca da janela.

Depois que o Rio Paraíba transbordou, diversas casas de Belo Monte, Volta Redonda e de Barra Mansa estão para ruir a qualquer momento. Alguns moradores dessas residências já foram salvos e encaminhados a abrigos improvisados.

Os rios Sarapuí, Meriti e Xavantes, em Belford Roxo, transbordaram e levaram uma velha ponte de madeira. O centro de São João de Meriti ficou alagado depois que os rios Jardim Metrôpole e Jardim Paraíso saíram de seus leitos.

Há muitos desabamentos em Nova Iguaçu, Nilópolis, Caxias e Mesquita. O trânsito durante a manhã, ficou transbordado nessas localidades. Todas as pessoas que perderam suas casas foram levadas para ginásios e escolas e estão sob os cuidados de assistentes sociais.

Tudo isso devidamente considerado, levará, por certo, a um melhor entrosamento entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Ministério do Interior, que conduza à liberação de recursos financeiros em favor do DNOS, a fim de que sejam executados e acelerados os serviços de dragagem dos rios e canais que vêm provocando periodicamente as calamitosas enchentes em quase todo o Estado do Rio.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hildérico Oliveira.

O SR. HILDÉRICO OLIVEIRA (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

No início deste mês, fizemos, nesta Casa, um pronunciamento referente à regulamentação dos cursos de nível superior ainda não reconhecidos pelo MEC e pelo CFE.

Dissemos, àquela época, que a existência de cursos não legalizados é proveniente, muitas vezes, de decisões precipitadas de muitas universidades brasileiras que querem crescer. Solicitamos, inclusive, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, uma regulamentação em termos nacionais do reconhecimento de tais cursos, que sanaria, assim, a aflição que se apodera de grande número de cidadãos revoltados com a não legalização dos vários e já citados cursos.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura, ontem, felizmente, sugeriu a todos os reitores federais que resolvam, em definitivo, nos próximos meses, o problema do reconhecimento de cursos superiores, principalmente aqueles que já formaram turmas ou que ministram os últimos semestres da opção profissional oferecida.

Acontece, Sr. Presidente, que tal sugestão deveria ser também extensiva aos reitores de universidades particulares, pois grande é o número de formados em vários cursos sem a devida legalização. Felizmente, o Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC está, a esta altura, cadastrando todos os cursos não reconhecidos e que são mantidos por estabelecimentos isolados de ensino superior.

Sr. Presidente, esse assunto é tão delicado e triste pois existem, atualmente, no âmbito das universidades federais, estaduais, municipais e particulares, 247 cursos que, apesar de já terem formado turmas de profissionais, ainda não providenciaram o seu reconhecimento ao CFE. O DAU está, também, fazendo um levantamento

do número atual de profissionais impedidos de, legalmente, exercer sua profissão, por falta do registro do diploma, uma vez que, sem o reconhecimento dos cursos, os diplomas não podem ser registrados oficialmente.

Destarte, mais uma vez, solicitamos ao Sr. Ministro da Educação e Cultura a solução para esse problema crucial, que vem atormentando aqueles que, sem terem culpa, sofrem pela situação vexatória que lhes foi criada por muitas faculdades e universidades brasileiras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos fatores mais fundamentais para o desenvolvimento do País é, sem dúvida, o mercado de trabalho que mobiliza todo o material humano disponível para a construção dos alicerces de sustentação da economia, da política e, sobretudo, da sociedade.

Não há dúvida de que a necessidade do homem é a mola que o impulsiona para o trabalho, mas não é menos verdade que o próprio trabalho é o meio de sua sobrevivência. Tudo gira em torno do homem, do seu bem-estar; ele é a sua própria meta e todo o desenvolvimento de uma comunidade depende do seu próprio preparo e de suas melhores condições físicas, morais e intelectuais.

Cumpra o ser humano uma legislação natural imposta pela sua própria natureza para alcançar a sua total satisfação na peregrinação pela vida.

O homem nasce para viver, e na própria expressão do termo, viver sem dificuldades, sem sofrimentos, sem dor, dirigindo-se livremente, sem embargo da sua condição humana, trabalhando e construindo sua própria felicidade.

O que é justo, consequentemente, é que goze, ou usufrua, do resultado do seu trabalho, do seu esforço. Assim, vive ele em sociedade, de cuja estrutura depende o seu bem-estar. Não negamos o valor da sociedade que tem no homem a principal razão de sua existência. Seja o intelectual, seja o menos instruído, seja o rico, seja o pobre, seja o forte, seja o fraco, seja qual for a sua raça, prescinde o homem do esforço comum que o habilita à conquista de sua própria grandeza.

Sr. Presidente, todos quantos militam nesta Casa, na qualidade de lédimos representantes populares, não podem negar as medidas sociais do MPAS, que busca soluções imediatas para todos os problemas do trabalhador.

O Governo Federal tem-se aparelhado com os instrumentos mais modernos para aquilatar e avaliar a velocidade do crescimento de todos os setores da vida econômico-social.

Assim, através dos Indicadores Sociais, pôde saber com precisão o número de contribuintes do INPS, na condição de empregados; o crescimento do mercado de trabalho, em termos nacionais, no setor urbano, cuja taxa média ascende a 9%.

A Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV — enviou relatório ao Sr. Ministro Nascimento e Silva, permitindo a avaliação das necessidades na área social de sua Pasta. No período de 12 meses — de julho de 1974 a julho de 1975 — o aumento de novos empregos atingiu a soma de 1.038.399, correspondente à taxa já referida, superada na Capital Federal e nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso, Alagoas, Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Maranhão e a antiga Guanabara. Já o Estado de São Paulo, em termos de crescimento relativo, figura com a taxa de 7%.

Segundo outras informações oficiais, no mesmo período o salário médio teve uma elevação de 40%, variando de Estado para Estado de 36% a 42%, com exceção de Brasília e Sergipe que apresentaram taxas acima de 50%.

Segundo o Ministro da Previdência Social, as taxas de crescimento de Brasília, tanto em número de emprego quanto em salário,

dêvem-se ao fato da transferência de empresas públicas para a Capital, ou mesmo de funcionários do regime estatutário para o da CLT.

Têm, portanto, os Indicadores Sociais a sua eficiência e precisão como instrumentos de decisão governamental no campo social, contribuindo também para o progresso político.

Em razão das informações obtidas por meio desses instrumentos, pôde ver o Sr. Ministro a necessidade de novos médicos e novos postos de assistência social. Informou S. Ex^a que provavelmente neste mês autorizará a abertura de inscrições para concurso público de médicos e dentistas, para o INPS, para preenchimento de cerca de 10 mil vagas, destinadas a mais de 400 órgãos do Instituto, em todas as capitais e centenas de cidades interioranas, cobrindo 37 especialidades. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — Amazonas. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Comissão da Amazônia, sob a Presidência do eminente Deputado Alacid Nunes, tem estudado, indo à Amazônia Legal, problemas da área do Ministério do Interior.

Como membro da referida Comissão, e interpretando meus honrados pares, levo ao Ministério do Interior as seguintes recomendações:

1. Modificação dos critérios na distribuição de incentivos fiscais na área da SUDAM, de modo a que as zonas mais debilitadas daquela área sejam também atendidas.
2. Estabelecimento, em cada área da Região, de um órgão representativo da SUDAM, para orientação da melhor maneira de se chegar aos seus recursos.
3. Participação de um representante da classe industrial da região, nas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDAM.
4. Construção de casas residenciais e foruns nos municípios que ainda não os possuem.
5. Aquisição de pequenas bibliotecas jurídicas para as Comarcas interioranas.
6. Convênio entre o DNOS e Fundação SESP para criação de Serviços de Abastecimento de água tratada, para todas as localidades do interior das áreas e que ainda não estejam servidas.
7. Obtenção de recursos específicos junto à SUDAM, visando ao plantio racional da castanheira.
8. Definição e efetivação de uma política de polarização urbana e desenvolvimento regional integrado.
9. Recuperação dos campos naturais de pastagens do município de Bragança e contenção da erosão provocada pela força das águas do rio Caeté, em Bragança.
10. Preservação da natureza (fauna, flora, meio ambiental) da Amazônia.
11. Apoio para que as empresas locais sejam prestigiadas pelos órgãos do Governo na aquisição de materiais produzidos na região.
12. Aplicação de recursos financeiros, a fundo perdido, num maior apoio à pequena indústria fabril e às atividades artesanais.
13. Participação dos empresários nos Colegiados que estabeleçam normas ou disciplinem a ação empresarial.
14. Propor elaboração de projeto de lei alterando o artigo 18 do Decreto-lei nº 1.376, de 1974.
15. Drenagem das principais bacias de captação das áreas compreendidas entre a Vila de Anil e o Centro Urbano de São Luís.
16. Construção de esgotos sanitários em São Luís e em outras capitais da Região que não os possuem.

17. Abastecimento de água à população e às indústrias que se instalarão em torno da Siderurgia de Itaqui.

18. Projeto de ocupação das zonas costeiras, onde se enfileiram praias do Maranhão.

19. Definição de uma política de ocupação e colonização para a Amazônia.

20. Concessão de crédito especial aos Armadores, através do BASA.

21. Financiamento aos pecuaristas em condições mais favoráveis, aceitando outras garantias que não terra.

22. Correção de graves distorções, de natureza normativa, ligadas ao valor dos fretes, para o exterior, de manufaturados de madeira da Amazônia.

Sr. Presidente, não apenas eu, mas os Deputados meus colegas da Comissão da Amazônia, como outros Parlamentares, esperam que o Ministério do Interior escute o clamor dos Congressistas do Brasil, principalmente dos amazônidas.

Estão aí 22 recomendações, que devem fazer parte do programa do Governo.

Srs. Congressistas, já que se determinou um dia especial "De Ação de Graças" ao Onipotente, eu (que entendo que sempre se deve estar em espírito de ação de graças às benesses divinas) lanço aqui agradecimentos ao Supremo Arquiteto do Universo, pelo que tem feito pelo Povo brasileiro, pelo Brasil-Pátria. Estremecida.

Aproveitando a oportunidade, do chamado "Dia de Ação de Graças", leio o Salmo 103, (tradução de João Ferreira de Almeida, edição de 1974 - Os Gideões Internacionais):

SALMO 103

Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e tudo o que há em mim bendiga o seu santo nome.

2 Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios.

3 E ele que perdoa todas as tuas iniquidades, e sara todas as tuas enfermidades.

4 Quem redime a tua vida da perdição, e te coroa de benignidade e de misericórdia.

5 Quem enche a tua boca de bens, de sorte que a tua mocidade se renova como água.

6 O Senhor faz justiça e juízo a todos os oprimidos.

7 Fez notórios os seus caminhos a Moisés, e os seus feitos aos filhos de Israel.

8 Misericordioso e piedoso é o Senhor; longânimo e grande em benignidade.

9 Não repreenderá perpetuamente, nem para sempre conservará a sua ira.

10 Não nos tratou segundo os nossos pecados, nem nos retribuiu segundo as nossas iniquidades.

11 Pois quanto o céu está elevado acima da terra, assim é grande a sua misericórdia para com os que o temem.

12 Quanto está longe o oriente do ocidente, assim afasta de nós as nossas transgressões.

13 Como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece daqueles que o temem.

14 Pois ele conhece a nossa estrutura; lembra-se de que somos pó.

15 Porque o homem, são seus dias como a erva; como a flor do campo, assim floresce.

16 Pois, passando por ela o vento, logo se vai, e o seu lugar não conhece mais.

17 Mas a misericórdia do Senhor é de eternidade a eternidade sobre aqueles que o temem, e a sua justiça sobre os filhos dos filhos.

18 Sobre aqueles que guardam o seu concerto, e sobre os que se lembram dos seus mandamentos para os cumprirem.

19 O Senhor tem estabelecido o seu trono nos céus, e o seu reino domina sobre tudo.

20 Bendizei ao Senhor, anjos seus, magníficos em poder, que cumpris as suas ordens, obedecendo à voz da sua palavra.

21 Bendizei ao Senhor, todos os seus exércitos, vós, ministros seus, que executais o seu beneplácito.

22 Bendizei ao Senhor, todas as suas obras, em todos os lugares do seu domínio; bendize, ó minha alma, ao Senhor.

Eis aí os pensamentos do bendito livro da Revelação Divina.

Que cada um se identifique com alma grata, como é apresentada por este Salmo 103.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dia 21-11-75 apresentei projeto de lei que institui 1976, o ano do menor abandonado.

Por que "Ano do Menor Abandonado"?

Porque o menor abandonado é o maior desafio com que se defronta atualmente o Brasil. É o mais importante problema a ser enfrentado em 1976, quando toda a Comunidade Nacional, entusiasmada e unida, estará firmemente empenhada numa campanha humana e cristã, desenvolvendo esforços para a erradicação dessa chaga social que humilha, choca, envergonha-nos e ameaça nosso processo de desenvolvimento.

Hoje, mais do que nunca, o Brasil conscientizou-se do valor de uma sociedade evoluída, da importância que uma criança convenientemente assistida representa para a consecução dos elevados propósitos governamentais em termos prospectivos, assim enunciados no II PND:

"O modelo a consolidar, econômica e, em particular, socialmente, está voltado para o homem brasileiro, nunca perdendo de vista a preocupação com os destinos humanos da sociedade que desejamos construir."

Compreende-se perfeitamente a preocupação do Governo com o bem-estar da população. Maior êxito terá o planejamento governamental se for enfatizado o atendimento ao menor, o maior tesouro que possuímos.

Da assistência dispensada aos menores de hoje dependerá o Brasil — potência de amanhã, em virtude da constatação dos seguintes fatores:

1) mais da metade da população brasileira está contida na faixa da menoridade;

2) a melhoria dos serviços de saúde vem reduzindo sensivelmente a taxa de mortalidade infantil, atualmente estimada em 112/1.000 nascidos vivos;

3) crescendo num percentual de 2,8% ao ano, nossa população infantil deve duplicar a cada 20 anos.

Somos, evidentemente, um país jovem e de jovens.

Mas será que nossos jovens estão sendo convenientemente preparados para assumir o papel na admirável sociedade que queremos criar? Parece que não.

Nas ruas de nossas florescentes metrópoles perambulam, sem lar e sem destino, menores estimados atualmente em 10 milhões. Sem assistência material ou moral, tipificam o mais grave e doloroso fenômeno de marginalização em massa de nossos dias.

Ciente da necessidade inadiável de reintegrar milhões de brasileiros à sociedade e consciente do indeclinável papel que lhe cabe na solução dos grandes problemas nacionais, o Congresso Nacional já deu o primeiro passo, criando uma CPI para estudar e equacionar o problema que é de todos nós.

Muito ainda podemos e devemos fazer. O ano de 1976 será decisivo. Será o marco da grande campanha liderada pelo Poder Legislativo que conta com o beneplácito do Presidente da República. Será o "Ano do Menor Abandonado".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A cidade de Niterói, que completou neste 22 de novembro de 1975 os seus 402 anos de fundação, precisa recuperar a posição de destaque que sempre possuiu no Estado do Rio de Janeiro, da qual foi despojada com o advento do novo Estado do Rio de Janeiro.

Entendemos — e já afirmamos isto aqui no princípio do ano — que a sede da Região Metropolitana do Grande Rio deve ser instalada em Niterói.

O Palácio Nilo Peçanha, de tradições políticas e valor histórico é o local indicado para abrigar este importante órgão, sobre o qual repousam as esperanças do povo desta Região importante.

O importante é restabelecer a posição política de Niterói pois, na área da administração municipal a antiga capital fluminense vive momentos de afirmação, progresso e segurança administrativa, conduzida pelo Prefeito Ronaldo Fabrício, um niteroiense que entende de Niterói, vive em Niterói e ama Niterói.

O acerto da escolha do nome de Ronaldo Fabrício para o exercício da chefia do Poder Executivo de Niterói vem se confirmando a cada dia. O Prefeito dialoga com o povo. Conhece os seus problemas e atende as indicações que partem da experiência do cidadão niteroiense, que sofre os dramas da cidade e reconhece as medidas adotadas que visem à superação das dificuldades existentes.

Niterói que está completando 402 anos de fundação ainda possui espaços onde a presença governamental se faz reclamada através de obras de infra-estrutura e saneamento básico.

O problema da falta de água nos morros da cidade não se justifica. O Morro do Estado, por onde passa o tubo condutor de água que atende parte da Zona Sul da cidade e o Palácio Nilo Peçanha, sofre a falta do precioso líquido nas suas casas. Numa caixa de água fincada no topo do morro os moradores, em filas enormes e desorganizadas, enchem as latas com água, que é conduzida, com sacrifício, a distâncias enormes. E não são poucos os que se abastecem com a água apanhada na Praça do Rink, a 1.000 metros de distância do Morro do Estado.

As mesmas dificuldades se verificam no Morro do Castro, no Morro do Atalaia, no Morro da Penha, e em tantos outros, onde populações imensas aguardam do Prefeito Ronaldo Fabrício as gestões necessárias para a solução do problema junto à CEDAE, órgão do Estado responsável pelo abastecimento de água na cidade de Niterói.

Não estamos atribuindo ao atual Prefeito de Niterói a culpa dos problemas aqui mencionados. Apenas os estamos indicando a S. Ex^a em nome do povo, apelando para a solução dos mesmos, contando com o esforço de Ronaldo Fabrício, o niteroiense que responde pela cidade de Niterói.

E ao Sr. Prefeito da Cidade Sorriso não nos custa lembrar que a ligação rodoviária de Tenente Jardim ao Baldeador, pelo Morro do Castro, não pode mais ser protelada, sendo indispensável uma estrada asfaltada, com todas as obras de arte concluídas.

Outra via pavimentada importante para Niterói é a que liga Pendotiba com Santa Rosa, pelo Morro do Atalaia, onde milhares de niteroienses vivem sem condução, sem água e sem comércio.

A cidade de Niterói, que neste 22 de novembro viu passar o seu 402º aniversário de fundação, confia no Prefeito Ronaldo Fabrício e cre que os apelos ora formulados não de ser atendidos, sem demora, por este niteroiense que entende de Niterói, vive em Niterói, ama Niterói e dirige com dignidade e interesse a cidade que lhe serve de lar, desde o berço.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Octacílio Almeida.

O SR. OCTÁCILIO ALMEIDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Estado de S. Paulo de 20 de dezembro, à página 21, estampou notícia assaz interessante:

“A festa com uísque da melhor qualidade, dez pratos para o almoço, discursos e entrevistas, parece ser a da entrega dos 150 trens-unidades que a FEPASA encomendou para as linhas de subúrbio. Mas tratava-se apenas da apresentação da maquete de uma composição, com pouco mais de 10 centímetros de altura, coberta com pano acetinado azul-claro, sobre a mesa forrada também de tecido azul, com babados.”

É estranho, Srs. Congressistas, que deixando a FEPASA chegar à uma situação de total descrédito pela ausência de tudo quanto é necessário ao bom funcionamento da ferrovia, faça-se almoço na Estação “Júlio Prestes”, tendo o povo sofredor como assistente, tão somente porque o Governo do Estado comprou um trem, que somente chegará ao Brasil daqui a dois anos.

Não criticamos a direção da FEPASA pela extemporânea euforia. Sentimos que os dirigentes da FEPASA que festejaram um trem que levará ainda dois anos para chegar a São Paulo, estão imbuídos do melhor sentimento, e que a manifestação, embora muito antecipada, é explosiva reação à prolongada vigília pela morte lenta que assistiram, mas que não desejavam das outrora famosas estradas de ferro paulistas.

O Governo da Revolução, Srs. Congressistas, no Estado de São Paulo, recebeu estradas em ascensão, como se dava com a Estrada de Ferro Araraquara, Sorocabana e, mesmo a Mogiana, mais lenta em seu deslanchamento.

Nesta relação não inscrevemos a Estrada de Ferro Paulista, já que esta, como dissemos em outro discurso, constituía-se em orgulho do povo paulista.

Em dez anos de governo as estradas de ferro foram postas à margem. Os técnicos de planejamento do Governo esqueceram de que elas estavam sob competição às rodovias, e que a elas competiria o contato direto com as fronteiras de produção, o transporte das grandes massas produzidas aos centros consumidores e aos portos de exportação. Criaram-lhe um hiato decadente que liquidou o crédito do transporte ferroviário no Estado de São Paulo.

Pela descrição fornecida pelo Secretário dos Transportes, Srs. Congressistas, cada trem-unidade de subúrbio terá três carros, um motor e dois reboques, podendo com desdobramento das composições, transportar até 3.200 passageiros. Os carros serão de aço inoxidável, bancos de fibra de vidro, suspensão pneumática, isolamento térmico e acústico, dispositivo de freios de emergência e velocidade até de cem quilômetros por hora.

Esta descrição encanta pela sofisticação técnica.

Oxalá chegue mais rápido do que o tempo previsto, solucionando o transporte de massas, que faz do paulista um povo triste e sofredor, e que pelo que produz, pelo que trabalha, pelo que paga de impostos à Nação, merece tratamento mais condigno e humano.

Mas, Srs. Congressistas, mesmo sob a pressunção de melhoria a longo prazo, permitimo-nos perguntar à direção da FEPASA: — e o interior?

Quais os planos da FEPASA às regiões mais distantes, como a Alta Araraquarense, por exemplo, da qual somos representantes neste Congresso, e que é, a nosso ver, a região sempre colocada no fim de todos os planejamentos do Governo do Estado, sejam em ferrovias, rodovias ou aerovias?

O tráfego nas imediações de São Paulo é o responsável pela ausência de horários dos trens do interior, que hoje somente servem a turistas de pouca pressa e dispostos aos incômodos de quaisquer viagens.

Para quem tem o tempo cronometrado pelo trabalho, pensar em viajar pela FEPASA é atraso de vida.

Será, Srs. Congressistas que nestes dois anos de espera pelos Transubúrbio, não haverá meio da FEPASA melhorar pelo menos a higiene dos seus trens de passageiros do interior?

Há uma maratona do pessoal da Secretaria dos Transportes pelo interior do Estado, em fins de semana, e nunca vimos ninguém se aventurar a viajar de trem.

O mesmo se dá com outras autoridades do Governo, atualmente em permanente jornada política e laudatória, como sempre, pelos feitos do Governo Federal, mas nenhuma faz qualquer referência à FEPASA, com receio, por certo, do desagrado geral.

Gostaríamos que tais autoridades viajassem de trem, sentindo o dissabor dos atrasos, o calor sufocante dos carros fechados e sem ar condicionado, a sujeira dos vagões, a ausência de luz em composições noturnas e a comida do restaurante matando o apetite até de glutões.

Essa é a FEPASA que o Governo apresenta ao interior paulista e que não pode mesmo, ainda que queiramos, captar usuários, sujeitando-se a *deficits* contínuos.

Sentimo-nos satisfeitos, Srs. Congressistas, com a notícia da compra de trens-subúrbio para trafegar em dois anos, mas sentiríamos mais contentes ainda se vissemos, a par deste plano, algo destinado à melhoria da ferrovia no interior do Estado.

Temos dito. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cleverson Teixeira.

O SR. CLEVERSON TEIXEIRA (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje, uma nova e autêntica liderança estudantil começa a surgir nas Universidades Brasileiras, profundamente preocupada com a sua realidade universitária e com a participação das universidades nos estudos e soluções dos magnoz problemas nacionais.

Há poucos dias atrás, vinte e três estudantes, representando os mais importantes órgãos estudantis universitários de Curitiba, encaminharam ao principal mandatário da Nação, ao Excelentíssimo Presidente Ernesto Geisel, um ofício de 5 laudas, contendo seu pensamento sobre a atual situação da Universidade Brasileira, suas principais aspirações e suas lúdimas reivindicações no que se refere à Universidade Federal do Paraná.

Este documento, Sr. Presidente e nobres pares, é um exemplo de conhecimento da problemática universitária do País, por parte do estudantado brasileiro, e demonstra sua maturidade no trato do assunto e no encaminhamento de suas reivindicações e propostas.

Dele quero apresentar, hoje, aos meus ilustres pares e à Nação, alguns aspectos que se referem diretamente à Universidade Federal do Paraná. Assim se pronunciaram os estudantes a respeito:

“Quanto à reforma do ensino implantada no País, não vem satisfazendo os anseios de formação do estudante brasileiro, o que se verifica pelas reprovações em massa, alto índice de evasão escolar e baixa qualificação profissional, sendo causas factuais da situação exposta, no âmbito da Universidade Federal do Paraná, entre outros, os seguintes fatores:

- Inexistência do Campus Universitário, causa de deslocamentos constantes dos alunos;
- Burocratização excessiva;
- A não dedicação de professores à pesquisa e assistência ao aluno;
- Falta de recursos técnicos e humanos.

Em vista disso solicitamos sua interferência no sentido de que as obras que irão complementar o Campus Universitário da UFP sejam iniciadas e agilizadas para centralizar os estudos, evitando-se as maratonas estudantis, assim como pedimos a urgente criação de um Centro de Desportos Uni-

versitário, pois a Educação Física obrigatória é realizada em clubes e colégios, o que agrava ainda mais o problema da correria para estudar, bem como pedimos também sua interferência junto ao DASP para apressar a reclassificação do pessoal lotado na Universidade Federal do Paraná.”

Temos certeza, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que estas palavras receberão, de nosso Excelentíssimo Presidente, a mais carinhosa atenção e estamos certos de que a resposta aos estudantes será dada com a ação dinâmica do MEC, no sentido de solucionar os problemas apontados, que estão sendo, já há algum tempo, objeto de estudos do Departamento de Assuntos Universitários, pelo desejo do ilustre ex-governador paranaense e atual Ministro de encontrar soluções apropriadas a cada Universidade.

Nesta oportunidade, meus eminentes pares, quero também expressar a minha esperança de que, nas demais escolas brasileiras, outras vozes inteligentes e com real representatividade, como a dos estudantes de minha terra, analisem a realidade universitária e procurem os canais competentes para se manifestarem e obterem a acolhida que merecem as boas causas estudantis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O meu grande Amazonas, onde a vida econômica ainda se baseia em agricultura e extrativismo, está carente, apesar da nossa luta e do nosso esforço aqui, da criação de uma escola, na minha opinião em nível superior, para formação de especialistas em Agricultura e Veterinária.

Uma região cujas atividade se baseiam repito na agricultura e no extrativismo não possui nenhuma escola de natureza agrícola ou de tendência veterinária.

Não faz muito, tive a honra de apresentar a esta Casa um projeto de lei pelo qual se autoriza a criação de uma Faculdade de Agricultura com cursos variados de Veterinária e outros correlatos, para ser localizada numa das maiores — talvez a maior — cidades do interior do Amazonas, a Cidade de Parintins.

Sr. Presidente, esse projeto está em tramitação e tem recebido algumas opiniões. O Estado do Amazonas realmente o recebeu como uma necessidade.

Sei que a Universidade do Amazonas tem pensamentos divergentes do meu, não no que diz respeito evidentemente à criação da escola, mas a sua localização.

A tendência da Universidade é colocar a Faculdade em Manaus. Minha opinião é a de que isto constitui um erro, porque acho que deve ser ela instalada no interior do Amazonas.

Por erros dessa natureza, Sr. Presidente, é que o êxodo rural se verifica a cada dia, e as populações urbanas que, de um modo geral, no Brasil, eram de 1/3 em relação a dois da rural, já agora estão se invertendo os papéis: as populações urbanas já estão quase a alcançar 2/3 em relação a 1/3 da população rural. É que os jovens, para estudar na Capital, saem das cidadelas do interior onde a carência de ensino é fundamental em todo o Brasil, principalmente, no Amazonas, onde raramente um município do interior tem curso de 2º grau. Deslocados esses jovens para a Capital ou para as capitais, a fim de cursarem uma faculdade clássica, raríssimas vezes, após formados, eles voltam para a cidadela de onde vieram, por razões várias, inclusive porque lá não há mercado de trabalho.

Daí porque, parece-me, a juventude, dentro do possível, deve ser educada no ponto de origem, no lugar do seu nascimento, na cidade do seu *habitat*, a fim de que formado, possa ali permanecer, prestando serviços à sua região.

Espero que, com a boa vontade e a compreensão do Congresso Nacional, aprovando esse projeto, se possa ter, numa região eminen-

temente agrícola e extrativista, uma faculdade de tendência pecuária, veterinária, agrícola, etc., para servir de orientação ao povo, notadamente à juventude, e sobretudo que sua localização não seja na Capital, mas sim na cidade que tive a honra de propor, a maior do interior, a Cidade de Parintins. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período de breves comunicações. **(Pausa.)**

Tendo sido publicados e distribuídos em avulsos os Pareceres nºs 152 e 159, de 1975-CN, das Comissões Mistas incumbidas do estudo dos Projetos de Lei nºs 26 e 27, de 1975-CN, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 27, DE 1975-CN

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero preferência para apreciação da matéria constante do item III sobre as demais incluídas na Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975. — Deputado **Alípio Carvalho** — Deputado **Peixoto Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — De acordo com a deliberação do Plenário, passa-se à apreciação do item 3 da Ordem do Dia.

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu Parecer nº 153, de 1975-CN), do Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976.

Em discussão.

Concedo à palavra ao nobre Senador **Amaral Peixoto**.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como se dá ao término de cada ano, estamos votando projeto de lei que fixa a Despesa e estima a Receita para o próximo exercício financeiro. Mais uma vez cumpre o Congresso aquilo que deveria ser uma das suas atribuições mais significativas.

Tive a honra de presidir, este ano, a Comissão Mista, de 15 Senadores e 45 Deputados. Inestimável colaboração prestaram todos esses representantes do povo, especialmente o Deputado **Vasco Neto**, Vice-Presidente da Comissão. Muita dedicação mostrou também o pessoal da Subsecretaria de Orçamento da Assessoria do Senado Federal e da Coordenação de Planos, Programas e Orçamento da Câmara dos Deputados.

Foram apresentadas 2001 emendas, cuidadosamente examinadas pelos relatores. Em seu conjunto, expressavam o desejo de melhoria e aperfeiçoamento na confecção do Orçamento e no atendimento de justas aspirações das regiões que temos a honra de representar. Somente uma foi aprovada.

Muito poderíamos falar sobre o assunto, fazendo apreciações sobre restrições impostas ao Parlamento, para fazer aquilo que foi a

razão da sua origem — votar a Lei de Meios. Preferimos, no entanto, apresentar apenas um simples e breve relato, sugerindo alterações que, por serem quase singelas, nos parecem viáveis, sem qualquer implicação de ordem política.

Os órgãos responsáveis pela elaboração orçamentária e controle financeiro das Casas do Congresso Nacional apresentaram à Secretaria de Planejamento da Presidência da República sugestões bastante interessantes.

A atual apresentação do Orçamento não está sendo feita de acordo com a sistemática introduzida pela Portaria nº 9, de 1974, do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O Orçamento fornece uma visão global mas, ao mostrar a despesa da União pelos diversos órgãos e unidades, prende-se-o em demasia a uma visão vedada, o que impede a análise dos diversos objetivos do Poder Executivo, uma vez que se diluem em compartimentos estanques.

A consolidação das funções e programas, como vem sendo feita, não permite uma visão global de determinados recursos, nem mesmo se sabe como serão empregados. Se o Orçamento, ao contrário, mostrasse claramente as diversas funções e programas e, dentro delas, os órgãos responsáveis pela sua execução, teríamos, realmente, uma melhor coordenação entre os órgãos e, como consequência, normas as mais saudáveis para a Administração Pública.

Desta forma, seria interessante uma revisão que mostrasse para cada tipo de recursos, as despesas por Funções, Programas, Subprogramas, até Projetos e Atividades.

Outro aspecto interessante será, também, o detalhamento e caracterização dos "Recursos de outras Origens". Esses recursos já montam, no atual Orçamento, a 24% do total da despesa e tendem a aumentar. Aumentam de ano para ano, sem que se tenha a possibilidade de um exame mais detalhado, de como são empregados.

Outra recomendação interessante será a apresentação das despesas da União por regiões ou por Estados, de modo a que os representantes estaduais saibam, exatamente, o que será empregado nas suas regiões, as obras que serão efetuadas e o montante dessas despesas.

Minha experiência, já longa, me permite dizer que jamais lograremos atingir o ideal, traduzido na integral uniformidade de pontos de vista e opiniões, mas que muito poderemos alcançar de entendimento positivo, consciente e livre entre o Poder Executivo e o Legislativo, unidos na defesa do bem comum.

A participação parlamentar é imprescindível na elaboração de um Orçamento que corresponda aos anseios nacionais e às necessidades do povo. Hoje, a contribuição do Congresso na elaboração da Lei Orçamentária está praticamente reduzida à distribuição de cotas destinadas a subvenções sociais.

Através delas os representantes do povo agem, como para humanizar o Orçamento, atendendo a necessidades as mais prementes, permitindo o funcionamento de educandários e hospitais que prestam enormes serviços ao povo.

Alguns erros podem ser cometidos, alguns excessos podem ser apontados, mas não devemos subestimar a importância e o alcance social dessas dotações. Os que conhecem a realidade do País e têm sensibilidade para sentir os seus problemas, compreenderão o alcance das minhas palavras.

Não hesitaria em dizer o que o ideal seria, talvez, o desaparecimento dessas cotas, mas isso só seria possível quando alcançássemos um estágio quase de perfeição na elaboração do Orçamento; quando o Executivo e o Legislativo, perfeitamente entendidos, tivessem certeza de estar atendendo a todas as necessidades das regiões do País e do povo.

Como estamos longe de atingir tal ideal, impõe-se uma ampliação na margem de participação parlamentar na destinação dos recursos financeiros da União, não somente concedendo auxílios, mas, sobretudo, através do exame minucioso e profundo dos planos governamentais.

Longo o caminho a percorrer, mas é preciso fazê-lo com persistência e sempre procurando um bom entendimento, que há de ser harmonioso, a fim de que possamos atender o bem comum.

Para isso considero necessário que a Comissão Mista de Orçamento seja constituída no início da Sessão Legislativa, a fim de que se abram perspectivas para melhor acompanhamento, estudo, análise, avaliação e elaboração orçamentária.

Essa uma medida que, estou seguro, se impõe, e será de largo alcance, o tão desejado entrosamento entre os dois Poderes.

Igualmente saudável seria que os relatores fossem escolhidos dentre os Parlamentares vinculados às Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso, nas suas respectivas funções programáticas. As vantagens seriam óbvias. Devo, também, destacar a necessidade de constante ampliação e aperfeiçoamento do pessoal técnico envolvido no sistema, a fim de que contemos com sua colaboração e maior eficiência.

Há poucos dias, o Secretário de Orçamento da Secretaria-Geral de Planejamento da Presidência da República, veio ao Congresso Nacional acompanhado de 32 Assessores e o Presidente da Comissão Mista tinha, somente, dois Assessores que pudessem informá-lo sobre o que iríamos precisar para a elaboração orçamentária.

Essa uma meta de caráter permanente que impõe medidas diversas, como a realização de cursos e seminários ligados ao problema orçamentário.

É necessário que o Legislativo aprimore seus recursos técnicos, propiciando ao seu pessoal máquinas e equipamentos que tornem nossos serviços técnicos mais eficientes e rápidos no processamento de averiguações de dados. Outro detalhe aparentemente sem maior importância, quero aqui citar: a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional tinha uma única máquina de calcular, que não funcionava há dois anos; e as grandes máquinas de datilografia para fazer a tabulação do Orçamento, também estavam em estado precário.

O Sr. Geraldo Guedes (ARENA — PE) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Amaral Peixoto?

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Com muita honra.

O Sr. Geraldo Guedes (ARENA — PE) — Desejava dizer, em primeiro lugar, como membro do Congresso Nacional, que me felicito e à própria Mesa Diretora, em razão do extraordinário desempenho e da magnífica performance que V. Ex^a apresentou à frente dessa Comissão. Mas, a propósito da crítica que V. Ex^a faz, também quero me rejubilar comigo mesmo, porque creio que sou dos poucos que aqui trataram deste assunto, no sentido de pedir, reiteradamente, à Câmara, através de relatórios, trabalhos, projetos e exposições, que cuidássemos dessa infra-estrutura. Não é possível hoje que o Congresso Nacional, tendo o poder de controle que a Constituição lhe dá, e o próprio tempo de desenvolvimento geral lhe assegura, não tenhamos aqui os meios de exercer esse controle. Sabemos que o controle se exerce pela legislação e pela fiscalização, sendo a Casa de debates ou de votos. Mas, de qualquer sorte, o que se precisa é de recursos humanos, quadros técnicos, assessores, que nos ajudem, a nós Congressistas, nesta tarefa a que V. Ex^a, há pouco, aludiu e que só se realizou, creio, dado o trabalho, a dedicação, também, e o superior desinteresse com que V. Ex^a nos tem dado exemplo aqui, como parlamentar, durante toda a vida. Desejava, somente, fixar e registrar este meu depoimento particular, porque creio que estava na hora de fazê-lo. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que confirma o que estou dizendo, e que espero mereça da Direção do Congresso Nacional, da Direção do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a atenção que é absolutamente necessária, para que possamos, não só colaborar com o Poder Executivo na elaboração do Orçamento, mas, sobretudo, atender a esse ponto a que V. Ex^a se refere, neste momento, da fiscalização

orçamentária, que recente lei nos conferiu e para a qual estamos completamente desaparelhados.

Prossigo, não desejando tomar, por demais, o tempo dos Srs. Congressistas.

O Sr. Lysáneas Maciel (MDB — RJ) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ.) — Com grande honra para mim.

O Sr. Lysáneas Maciel (MDB — RJ.) — Além do aspecto que foi realçado pelo eminente Deputado Geraldo Guedes, eu, como membro da Oposição, não poderia deixar de salientar uma circunstância que é relevante, também, na apreciação do orçamento. Não só as nossas deficiências, eminente Senador, mas também a circunstância de que a Presidência desta Comissão ter sido entregue a V. Ex^a eu estava discutindo, precisamente, com um dos altos dirigentes do Congresso Nacional, a respeito dessas deficiências, da impossibilidade da fiscalização, e ele então me cortou a argumentação, reconhecendo essas deficiências, mas, ao mesmo tempo, dizendo: "Mas vamos entregar a Presidência da Comissão Mista a um homem que vai agradar a V. Ex^a pela sua honorabilidade, pela sua respeitabilidade, e pelo respeito que ele merece de todos desta Casa, o Senador Amaral Peixoto. Realmente, eminente, Senador Amaral Peixoto, apesar de todas essas deficiências na apreciação orçamentária, que é um programa de Governo, a Oposição não pode deixar de ressaltar a sua satisfação, não pode deixar de registrar o seu apreço a essa circunstância especial pelo fato de a Presidência dessa Comissão ter sido entregue a V. Ex^a. É desnecessário dizer que V. Ex^a vem exercendo com muita eficiência, embora com falta de assessoria, e enfrentando dificuldades técnicas, para fazer uma apreciação mais completa. Mas, para a Oposição, foi um motivo de muita satisfação verificar que o Partido da situação reconhece em V. Ex^a todos aqueles atributos de responsabilidade, honorabilidade, competência e espírito público para entregar uma das Comissões mais importantes ao Senador Amaral Peixoto, do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — Rio de Janeiro) — Muito obrigado a V. Ex^a pelo seu aparte. Quero dizer que o trabalho que fiz, como Presidente da Comissão, não foi um trabalho pessoal. Tive, como já disse, a colaboração de todos os membros da Comissão e quero, também, fazer uma referência aos funcionários que conosco trabalharam e que se excederam para suprir as falhas da nossa máquina administrativa.

Mas, estou seriamente preocupado — e isso não caberá a mim, mas a quem me suceder na Presidência, — com o futuro, porque cada vez, como é natural, o Orçamento do Brasil, o orçamento de todos os países em desenvolvimento vai-se complicando; a técnica moderna vai avançando e nós não acompanhamos, nós estamos estagnados. Muito obrigado a V. Ex^a

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o bem comum exige que o Executivo e o Legislativo realizem um esforço conjunto para que consigamos alcançar a perfeição no tocante à elaboração da Lei de Meios. Preservada a independência dos dois Poderes, vasto será ainda o campo para uma atuação harmônica, que nos propicie, sempre, uma melhor apresentação orçamentária e, simultaneamente, sua mais fácil eficiência e análise pelos interessados.

Um homem que não seja um técnico, mesmo um administrador, consultando o orçamento, vai encontrar as maiores dificuldades, porque nós, da Comissão, por vezes tivemos que recorrer ao auxílio de técnicos para compreender o orçamento.

Não temos aqui objetivos conflitantes, que só poderiam existir para quem dispusesse de uma visão por demais estreita.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muitas outras observações poderia eu fazer. Não desejo a volta ao sistema de um orçamento inteiramente fora da realidade, como se fazia antigamente, mas acho que a colaboração do Congresso pode e deve ser mais efetiva.

Em 1961, como Ministro do Tribunal de Contas da União, tive oportunidade de relatar as contas do ano financeiro de 1960, de um exercício no qual, no primeiro mês, eu havia sido Ministro, depois do período agitado do Presidente Jânio Quadros e, no fim do ano, do Presidente João Goulart, passando por mais de um sistema de governo; o sistema parlamentar e o presidencialista.

Também, como Senador e membro desta Comissão, apresentei propostas que foram aprovadas, mas não consegui que fossem postas em prática.

Renovo-as, agora, esperando que tenham melhor destino.

Quais são essas propostas? Ampliação e aperfeiçoamento do quadro técnico envolvido no sistema, não só selecionando elementos capazes como levando os que aqui estão para seminários, cursos, e congressos, até em outros países, a fim de que vejam como o mundo está trabalhando.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Com grande honra.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA.) — Anos atrás, quando presidia a Câmara o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, o ex-Deputado Bilac Pinto, S. Ex^a promoveu um debate sobre o Poder Legislativo. Entre os elementos convidados para pronunciar palestras encontrava-se um professor americano, Mr. Griffith, que, durante algum tempo, chefiou o serviço burocrático do Congresso americano. Então, Mr. Griffith declarou que o Congresso americano só pôde falar de igual para igual com o Poder Executivo quando montou uma assessoria conveniente no Congresso. Nós ainda estamos longe de ter essa assessoria, o que é lamentável — reconhecemos — mas o relatório que V. Ex^a faz é um relatório oportuno e atesta o acerto dos seus companheiros de Comissão em fazê-lo Presidente da mesma, pela sua experiência político-administrativa e pelo seu zelo no conduzir os trabalhos que lhe são afetos. Congratulo-me com V. Ex^a pelo relatório que está fazendo.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Muito obrigado a V. Ex^a, que teve ocasião de assistir a uma parte dos nossos trabalhos e foi, também, elemento valioso na confecção do orçamento.

O Sr. Peixoto Filho (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Ouço o aparte do nobre Deputado Peixoto Filho.

O Sr. Peixoto Filho (MDB — RJ) — Nobre Senador Amaral Peixoto, realmente, é com imensa alegria que me dirijo a V. Ex^a, respeitosamente, porque o seu passado foi quem o recomendou ao exercício desta tão alta missão, como o presente de V. Ex^a, por certo, recomendará, para o futuro, outras missões de tão alta relevância como esta. Estamos aqui, eventualmente, na Liderança do Movimento Democrático Brasileiro do qual V. Ex^a é uma das figuras mais exponenciais, para dizer-lhe do nosso orgulho em termos a sua pessoa como um dos mais esclarecidos dirigentes do nosso Partido, que honra cada vez mais as missões que lhe são confiadas. O Congresso está de parabéns; o nosso Partido, acima disso, se congratula com V. Ex^a, agradecido.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Muito obrigado a V. Ex^a Desejo esclarecer que assumi a Presidência da Comissão Mista de Orçamento, sem nenhuma preocupação de ordem partidária. Era uma missão técnica que o Congresso Nacional me confiava; fiquei altamente honrado e procurei desempenhar-me do melhor modo possível. Muito obrigado a V. Ex^a

Outra sugestão, Sr. Presidente, já foi referida por mim. E o aparelhamento de máquinas e, hoje, com o PRODASEN, nós poderemos facilmente melhorar as nossas possibilidades. Mas, o que acho importante é que o estudo do Orçamento seja feito em

conjunto, com a participação do setor do Poder Executivo e dos setores especializados das duas Casas, por que nós, representantes do povo, temos obrigação de conhecer as necessidades dos nossos Estados. É claro, não defendo o passado, não defendo aquele processo *errôneo de se fazer um orçamento inteiramente fora da realidade*, como já disse. Mas, os nossos Relatores, designados a tempo, poderiam comparecer à Secretaria do Planejamento, poderiam percorrer e tomar conhecimento dos planos dos diversos setores da administração.

Quantos de nós já governamos nossos Estados, já fomos Prefeitos, Deputados Estaduais e temos obrigação de conhecer esses problemas? Procurar-se-iam verificar e selecionar as informações que devem estar contidas na peça orçamentária para torná-la, além do mais, funcional, de manejo e entendimento mais claro, possibilitando o acesso dessas informações a pessoas não especializadas, sem contudo descuidar-se dos aspectos técnicos de elaboração e controle, ao mesmo tempo que se pesquisaria uma nova maneira de apresentar o orçamento.

O Sr. José Maurício (MDB — RJ) — Senador Amaral Peixoto, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Com muito prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. José Maurício (MDB — RJ) — Eminente Senador, V. Ex^a, com a experiência administrativa e parlamentar que detém, indubitavelmente retrata, nesta noite, um quadro, de certa forma, sombrio para o Congresso Nacional; retrata uma realidade que faz com que nós — uma geração que ontem chegou a esta Casa — sintamos a inibição e a angústia que se apossa de muitos homens públicos que desejam prestar a recíproca de tratamento com a delegação de poderes que lhe foi conferida pelo povo de seu Estado. Diz V. Ex^a que muitas das emendas ofertadas ao orçamento, por motivo de ordem constitucional e institucional, não puderam ser aproveitadas. Evidentemente que a proposta orçamentária, elaborada nos gabinetes, não reflete o sentimento, a necessidade mais premente, mais realista que, evidentemente, o homem público, o político, o parlamentar — que tem sensibilidade, vivência e militância com o seu povo, — pode ofertar. Assim, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela forma realista — dada a experiência que tem como administrador e como legislador — de trazer a esta Casa um conglomerado de subsídios que podem nortear os homens que, nos gabinetes, elaboram proposta orçamentária que não condiz, evidentemente, com a realidade que nós, homens públicos, políticos e mandatários, visualizamos no confronto com as populações que representamos.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, que vem confirmar o que estou dizendo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quase terminando, quero chamar a atenção para um detalhe, aparentemente insignificante, mas que quase comprometeu a elaboração orçamentária.

Foi fixado um limite mínimo de mil cruzeiros para as subvenções. Aparentemente não teria maior importância, no entanto, a quantia destinada a cada congressista aumentou percentualmente de 316%.

Com o número atual de congressistas e com essa quantia mínima, que, em alguns casos, ainda foi vinculada a determinados objetivos, como uma dotação para bolsas de estudo e uma outra para a compra de ambulâncias, quase que o PRODASEN, apesar do esforço, da dedicação de seus funcionários, não nos pôde entregar, em tempo hábil, a proposta orçamentária. Seria realmente um desprimor para nós encerrarmos o ano sem cumprir a nossa obrigação: dar ao Governo a Lei de Meios.

O Sr. Antunes de Oliveira (MDB — AM) — V. Ex^a concede um breve aparte? (*Amentimento do orador.*) Senador Amaral Peixoto, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, saiba V. Ex^a que os argumentos, as teses e os subsídios que está apresentando são rece-

bidos e aceitos por dezenas e dezenas de parlamentares deste Congresso. Não só a experiência de V. Ex^a como a de outros mais nos têm ajudado. Porém o que está de pé é a sua síntese, os seus argumentos, as suas teses, a sua maneira de apresentar a questão. Tudo isso é aceito por este Congresso. Por sua inteligência, pela oportunidade da sua argumentação, e pelo enfoque da matéria, V. Ex^a é aplaudido por todos nós.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Muito obrigado a V. Ex^a. Dentro das minhas possibilidades procurei fazer do melhor modo possível.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (ARENA — RJ) — Com muito prazer.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — Procurarei ser breve. Se já não fossem suficientes as razões sobejas que tenho para admirar V. Ex^a, o seu pronunciamento, na noite de hoje, perante o Congresso, bastaria para nos impor um grande respeito. Os apertes que, por um lado, fizeram justiça ao trabalho extraordinário da Comissão de que V. Ex^a é Presidente, e o seu trabalho pessoal imprimido na sua condução, por outro lado evitaram que V. Ex^a pudesse completar a tese, sem dúvida, de alta expressão e relevância, que estava expondo da tribuna. É pena que o tempo implacável lhe proíba terminar o seu raciocínio. Espero tê-lo apreendido. Entretanto, ao tempo em que V. Ex^a se rebela, pelas contingências do despreparo atual com que temos que lidar com a peça orçamentária, exatamente porque o próprio Orçamento independe e se emancipa da colaboração desinteressada dos representantes das diversas regiões do País e dos Estados, que tanto poderiam colaborar com as suas sugestões, de certa maneira também V. Ex^a não deseja mais os trabalhos tumultuados dos Orçamentos de há longos tempos. Nesta tese V. Ex^a conta com todo o nosso inteiro apoio. Não precisamos ficar apenas neste brado de alerta. Quem sabe, no próximo ano, possamos unir todos os nossos esforços para que, neste sistema pendular, que nos trouxe do extremo-oposto de um aglomerado de emendas, na maioria das vezes destinadas mesmo ao massacre da Comissão, mas para produzir efeitos eleitorais viéssemos a essa frieza dos dados de um Orçamento que se vota nas condições em que V. Ex^a propõe. Felizmente, há ainda congressistas da experiência, da cultura, da estirpe de V. Ex^a, capazes de reconhecer as nossas grandes dificuldades, do momento, para nos ensinar a confiança de que no futuro poderemos, pelo menos, diminuir os defeitos do presente.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Muito obrigado a V. Ex^a. Como sou marinheiro, posso acrescentar: "Nem tanto ao mar, nem tanto à terra".

O SR. JG de Araújo Jorge (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) Em nome do nosso Partido, me congratulo com o trabalho realizado por V. Ex^a, com as críticas feitas ao critério atualmente adotado para confecção e elaboração da Lei Orçamentária do País e pelas sugestões que o parecer de V. Ex^a oferece e que, esperamos, o Governo possa ser sensível às mesmas e, quem sabe, adotar muitas das sugestões apresentadas no seu parecer. A crítica feita por V. Ex^a é perfeitamente válida e autêntica. Se é verdade que há tempos o Orçamento era feito de forma tumultuada, com a colaboração do Poder Legislativo, mas sem se atender às realidades brasileiras, hoje, com a omissão completa do Poder Legislativo. O orçamento, entregue apenas a tecnocratas do Poder Executivo, ele se ressentia, obviamente, de muitos aspectos humanos. É preciso não se esquecer que o Orçamento de um país é a radiografia de sua infraestrutura política econômica e financeira. A apreciação feita de forma sumária, o referendo aposto pelos diversos relatores, nos vários dispositivos da Lei Orçamentária, é apenas formal. Não dispo-

mos, como disse V. Ex^a, de assessoramento, nem condições para poder fiscalizar ou colaborar, a fim de que a Lei Orçamentária corresponda às necessidades do País. Tanto isso é evidente que, cada vez mais, cresce, dentro da Lei Orçamentária, a rubrica Encargos Gerais da União, absorvendo, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento, praticamente 50% do nosso Orçamento, sem que se tenha conhecimento da discriminação ou destinação das dotações englobados dentro da rubrica Encargos Gerais União. Mais ainda: verificamos que muitas das áreas prioritárias, como Saúde, Agricultura, Minas e Tecnologia, ficam apenas com uma porcentagem mínima do Orçamento. Se nos dispusermos a somar as dotações orçamentárias desses três Ministérios, verificaremos que as suas dotações não chegam a 4% do Orçamento. A dotação para Educação está em 4,6%. Enquanto isso, as verbas destinadas à Segurança chegam a 20% das despesas da União. Como V. Ex^a há de observar, se a colaboração e a fiscalização dos políticos e do Poder Legislativo se fizessem ao lado da dos técnicos, evidentemente haveria melhor distribuição dos recursos, visando atingir as áreas prioritárias, visando atender às necessidades do povo, e, assim, pudesse o Poder Executivo melhor desempenhar os seus objetivos e a sua missão. As críticas e as sugestões que V. Ex^a faz, como Presidente dessa Comissão, são da maior importância. A esperança do Partido da Oposição, do MDB, são ou seja, do MDB, é que elas sejam ouvidas e atendidas na medida do possível.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Nobre Deputado JG de Araújo Jorge, o sistema atual do Orçamento não permite que se tenha, a grosso modo, uma idéia de quanto se gasta exatamente em educação ou em saúde pública. Esta, minha primeira observação, que fiz muito por alto. Em todos os Ministérios há despesas com saúde pública, há despesas com ensino. Não podemos tomar somente as verbas do Ministério da Educação e Cultura ou do Ministério de Saúde para tirar conclusões. Rebelo-me, sim, contra este sistema de apresentação, que não permite tenhamos uma idéia exata da situação.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Ouço V. Ex^a, Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Nós viemos, eminente Senador Amaral Peixoto, de um passado que já vai um pouco distante, daquele tempo do Palácio Tiradentes, em que os Orçamentos eram feitos daquela maneira que sabemos. Lembro-me muito bem que, certa feita, entrando na Comissão de Orçamento, já o Orçamento em redação para ser enviado ao Senado, faziam-se ainda, modificações nos números e nas rubricas e a sua distribuição. O Orçamento, daquela época, era tecnicamente imperfeito; as verbas eram fragmentadas, o que dava razão ao Governo para, nos célebres planos de aplicação do orçamento, fazer aqueles cortes tremendos. Mas V. Ex^a já fez, aí, o elogio do funcionalismo que colaborou. Querida, então, apenas deixar expresso, no seu relatório, que pela primeira vez, pelo menos nesses trinta anos, vejo uma redação final ser apresentada como foi. Normalmente, ela era apenas lida: "Apresento a redação final". Agora, ela está impressa, e num trabalho de fácil manuseio. Isso se deve ao trabalho da Comissão e à dedicação dos funcionários da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, que providenciaram para que, hoje, ao votarmos a redação final, já a tivéssemos impressa.

O SR. AMARAL PEIXOTO (MDB — RJ) — Nobre Senador Ruy Santos, eu já havia me referido e agradecido, em nome do Congresso, a esta colaboração inestimável que tivemos dos funcionários do Senado e da Câmara dos Deputados. Realmente, eles foram incedíveis, com a colaboração até de técnicos da Secretaria-Geral de Planejamento.

Sr. Presidente, não quero tomar mais o tempo e vou terminar, pedindo somente a atenção dos Srs. Congressistas para esse hábito, que se inseriu este ano, das vinculações. O uso indiscriminado e excessivo vem-se avolumando de ano para ano, criando sérias dificuldades administrativas aos órgãos encarregados de ordená-las e codificá-las. Todos os estabelecimentos registrados tinham um código, mas isto foi insuficiente, porque para além de cada número foi preciso fazer um desdobramento, conforme a aplicação da verba em bolsas de estudo ou em aquisição de material de laboratórios ou de ambulâncias.

Espero Srs. Congressistas, que através do maior entrosamento e entendimento entre o Executivo e Legislativo, no que diz respeito à Lei Orçamentária, lograremos solucionar impasses cruciais e, também, algumas falhas que hoje são constatadas como, por exemplo, a destinação das verbas ao ensino superior muito maior do que ao ensino primário, que devia ser a preocupação maior do Congresso Nacional.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a confiança em mim depositada, ao ser eleito para presidir a Comissão Mista de Orçamento. E reafirmando minha fé e minha confiança de que, através da compreensão mútua e colaboração permanente, lograremos aprimorar, de maneira notável, nossa elaboração e, também, fiscalização orçamentária, do que decorrerão benefícios imensos para o Brasil, para o regime e para as instituições democráticas. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A Presidência entende ser de justiça ressaltar o trabalho e a dedicação dos funcioná-

rios da Assessoria, da subsecretaria das Comissões e da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, graças aos quais, pela primeira vez, ao se votar a redação final, os Srs. Congressistas recebem o respectivo avulso devidamente impresso.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Continua em discussão a redação final. **(Pausa.)**

Não havendo mais nenhum dos Srs. Congressistas que deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação, a redação final na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovada.

Em votação, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

A REDAÇÃO FINAL APROVADA, ACHA-SE PUBLICADA NO SUPLEMENTO AO DCN DE 20-11-75.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Os itens 1 e 2 da Ordem do Dia constam, exclusivamente, de votação, e como a esta altura da sessão é evidente a falta de quorum, fica adiada a votação dessas duas matérias para a devida oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Declaro encerrada *(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)*

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília - DF